



Nº 11

Espaço Livre. Vol. 6, num. 11, jan.jun./2011



Revista Espaço Livre

Espaço Livre. Vol. 6, num. 11, jan.jun./2011.

Conselho Editorial

Edmilson Marques
Hugo Leonardo Cassimiro
Jacira Reis Veiga
Lisandro Braga

Conselho Consultivo

André Melo
Cleinaldo Pereira dos Santos
Cleito Pereira
Edmilson Borges
Edmilson Marques
Erisvaldo Souza
Fernando Lima Neves
Flávio Pereira Diniz
Hugo Leonardo Cassimiro
Jacira Reis Veiga
Jean Isídio
João Alberto da Costa Pinto
Juversino de Jesus Júnior
Leonardo Venicius Proto Parreira
Lisandro Braga
Lucas Maia Santos
Maria Angélica Peixoto
Nildo Viana
Ovil Bueno Fernandes
Veralúcia Pinheiro
Uelinton Rodrigues
Weder David de Freitas

EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e entregues via o seguinte e-mail: espacolivre@ymail.com

Sumário

Apresentação	05
<i>Conselho Editorial</i>	
Meios e Fins na Estratégia do EZLN	06
<i>Diego Marques Pereira dos Anjos</i>	
O Conceito de “Liberdade” em Mikhail Bakunin	16
<i>João Gabriel da Fonseca Mateus</i>	
Expansão do Desemprego e Criminalização da Luta dos Desempregados na Argentina	25
<i>Lisandro Braga</i>	
Os Direitos Humanos no Combate ao Tráfico de Mulheres	30
<i>Vanessa Alexandre de Souza</i>	
Resenhas	
Análise Fílmica: uma assistência Crítica	38
<i>Leonardo Venicius Parreira Proto</i>	
A Globalização e o Mundo Ideologizado	41
<i>Nildo Viana</i>	

APRESENTAÇÃO

O atual número da ESPAÇO LIVRE trás um conjunto de textos que refletem determinado aspecto da sociedade atual. Isso demonstra a complexidade do mundo em que vivemos, e é nesse sentido que propomos ser um espaço que contribua para discutir de forma crítica os fenômenos sociais. O texto de Diego Pereira, por exemplo, analisa as ações do EZLN no texto *Meios e Fins na Estratégia do EZLN*. João Gabriel da Fonseca Mateus trás como reflexão, *O Conceito de “Liberdade” em Mikhail Bakunin*. Lisandro Braga, no terceiro texto desta coletânea, discute a *Expansão do Desemprego e Criminalização na Luta dos Desempregados na Argentina*, e finalizando a seção de artigos, Vanessa Alexandre de Souza propõe analisar *Os Direitos Humanos no Combate ao Tráfico de Mulheres*.

Este número da ESPAÇO LIVRE apresenta uma novidade, tratando-se de um espaço para publicação de resenhas. Para inaugurar esta seção contamos com a colaboração de Leonardo Vinícius Parreira Pronto, com o texto *Análise Fílmica: uma assistência Crítica*, e também, com a colaboração de Nildo Viana, com o texto *A Globalização e o Mundo Ideologizado*.

Esperamos que este número da ESPAÇO LIVRE possa contribuir para que seus leitores reflitam a realidade que vivemos. Boa Leitura!

Meios e Fins na Estratégia do EZLN

Diego Marques Pereira dos Anjos

Há nas formulações e práticas zapatistas uma clara definição das formas de agir, e também, de não agir. No início foi a decisão pela guerra, seguida pela decisão de não tomada do poder Estatal; depois vieram as ações, repetidamente afirmadas, de caminhar junto com setores da sociedade civil; logo surgiu a necessidade de articular a luta de Chiapas com o contexto nacional, criou-se espaços de convivência e intercâmbios com outros grupos e indivíduos, os encontros intergalácticos, enfim, o EZLN foi bastante criativo na formulação de propostas e encaminhamentos de ação, daí que soube eficazmente romper com certos paradigmas.

Contudo, esta mesma criatividade em desenvolver formas de ação não foi acompanhada, de perto, pela formulação de um sentido final de sua ação, por um objetivo maior que dê razão de existência e de ser da própria luta. Mas e a luta pela democracia, liberdade e justiça não é um fim dado às ações? Sim, ela é, mas o que inexistente é o pensar sobre quais são as condições histórico-sociais em que elas se dariam, dito de outra forma, que tipo de sociedade possibilitaria a existência dessas demandas?

O EZLN vem construindo novas relações nas suas comunidades, os projetos de autonomias representam exemplos de inúmeros pontos positivos que algumas de suas atividades possuem, mas de modo geral inexistente um fim último. Assim, algumas ações do EZLN ficam deslocadas ou mesmo contraditórias não só se se quer romper e ir além da lógica da atual sociedade, mas mesmo na relação que constrói consigo mesmo. É sob esta ótica de avanços e recuos que consideraremos a dinâmica que o movimento vem construindo.

Acreditamos haver uma reformulação fundamental nos discursos e práticas do EZLN. Reformulação que muitos, sem perceber, apressadamente se reportaram a afirmar a existência de uma ruptura radical com o paradigma da modernidade Ocidental, especificamente uma posição, o marxismo, ou mesmo identificaram uma guerrilha pós-moderna, onde a questão da superação da atual sociedade não estava dada, apenas em uma eterna luta entre a rebeldia/resistência contra as relações de poder. O que tomamos aqui como ponto de partida, é a afirmação de Figueiredo de que o EZLN demonstra “seguir o princípio segundo o qual os meios determinam os fins” (FIGUEIREDO, 2003,

p. 203), isto é, segundo este autor, o EZLN age reformulando e invertendo a lógica de os fins determinam os meios. Ora, esta é a lógica fundamental na estratégia política trotskista-leninista para a tomada do poder estatal, segundo Serge:

Para Trótski não há moral em si, não há moral ideal ou moral eterna. A moral é relativa a cada sociedade, a cada época, relativa sobretudo aos interesses das classes sociais; (...) apoiando-se em Lênin, Trótski declara que “os fins justificam os meios (SERGE apud VIANA, 2007a, p. 65).

Assim, se partimos da consideração de que existe esta reformulação na estratégia zapatista podemos nos posicionar criticamente à concepção de Di Felice, para quem haveria “7 deslocações”¹ efetuadas pelo EZLN onde:

Não se pode enquadrar a marcha indígena zapatista no conjunto das manifestações de rua tradicionais ou nas marchas que percorrem longas distâncias para externar suas reivindicações. O que a diferencia das demais é o seu ser indígena, ou seja, estar fora da lógica política moderna e de suas características estáticas e binárias, campo/cidade, estado X sociedade civil, esquerda/direita etc. (DI FELICE, 2002, p. 29).

A riqueza de detalhes com que nos demonstra uma das características do zapatismo é um enorme passo, posto que Di Felice explica uma superação da estratégia política zapatista marcada pela “heterogênese e a multiplicidade” (DI FELICE, 2009, p. 31) com relação à estratégia política leninista, posto que esta se caracterize por haver uma separação binária sujeito/objeto², que a nosso ver produz e reproduz ahomogeneidade.

Há uma interpretação artificial do zapatismo que o reduz a um indigenismo que desde os primeiros comunicados busca ser combatido, e não somente nas apresentações, mas na real ação do movimento, marcada pela ligação com setores da sociedade civil, na busca por um projeto de transformação democrática para todo o território nacional, sentido que o movimento fez questão de deixar claro que as lutas pela autonomia não passam pelo desligamento da nação mexicana como um todo para formar ilhas de “seres

¹ Para Di Felice as deslocações seriam: 1º “Do êxtase para o movimento” que seria uma locomoção, “sair do „aqui e agora” para procurar o que não está (u-topos, utopia); 2º deslocação marcada pela saída “do „um” para o „sete”, do singular para o plural”; 3º deslocação seria o “além da polis” que, marca o caráter “majoritariamente indígena” do movimento impossibilitando uma aproximação com os demais movimentos sociais; 4º deslocação seria a “do poder para o desaparecimento” marcada pela recusa da tomada do poder estatal; 5º deslocação é a do “conflito armado para o comunicativo”; a 6º deslocação é a da “linguagem ideológica para a linguagem sincrética” expressa na busca de um mundo onde caibam vários mundos; por fim haveria uma 7º deslocação que significa a saída “da revolução para a ação temporária (da política da identidade dialética para a atuação sem rosto e sem nome) (DI FELICE, 2002).

² Segundo Holloway “Na teoria leninista do partido de vanguarda, as consequências organizativas da ideia positiva do conhecimento científico se desenvolvem a ponto de criar uma severa distinção organizativa entre os que conhecem (aqueles que têm consciência verdadeira) e os que não conhecem (as massas, que têm falsa consciência)” (HOLLOWAY, 2002, p. 191).

indígenas”, ao contrário, a intenção é justamente se fazer ouvir, serem vistos e lembrados pela nação mexicana o que implica aceitar as normas da “política moderna”, a qual o próprio movimento exaltou no momento de seu levante (auxílio ao artigo 39 da Constituição) e na própria marcha a que Di Felice se refere, já que o fim dela se deu na Casa da União, ou a sede do poder legislativo mexicano.

Em vez de “deslocações”, o que nos sugere um afastamento, consideramos que ocorreram reformulações, principalmente em relação a outros mecanismos históricos de desenvolvimento da luta de classes no capitalismo, tornando a estratégia política do EZLN peculiar aos novos tempos, isto é, está intimamente ligada às transformações trazidas com o advento do regime de acumulação integral. O leninismo foi uma forma, isto é, se constituiu por uma determinada ideologia difundida aos trabalhadores por uma determinada forma de desenvolvimento do capitalismo, no caso russo o capitalismo de Estado³; outras estratégias existiram, porém não ideologizada⁴, mas na forma de teoria do movimento operário.

A multiplicidade é uma característica, temos outras. A interpretação do conceito de autoridade é uma delas, criando formas de sociabilidades que se dizem menos autoritárias, mesmo em instituições que por essência são extremamente hierarquizadas e disciplinadas, como a forma de organização do CCRI, onde vemos seu principal representante no posto de subcomandante Marcos, que apesar de estar num cargo de mando (comandante militar) teve agregado à sua patente a qualidade de sub, isto é, manda porque obedece às bases nas comunidades⁵. A força da autoridade que assumiram os líderes da União Soviética e China é histórica, além da força do dirigente máximo, no sentido de coerção física, existia a força intelectual do líder, construindo até

³ Apesar de atentar para a inexistência de aprofundamento sobre a acumulação capitalista estatal Viana nos dá alguns elementos deste regime: “O regime de acumulação estatal marcava um engessamento do modo de produção capitalista através do controle estatal da acumulação, gerando um desenvolvimento tecnológico mais lento, uma mistura de extração de mais-valor absoluto e relativo, com primazia do primeiro, e com um processo de integração da classe operária muito mais deficiente, já que os bens de consumo não eram produzidos com a abundância que existe no capitalismo privado, o que é compensado com o caráter ditatorial do Estado e o controle burocrático do conjunto das relações sociais” (VIANA, 2009, p. 37-38).

⁴ A gênese da ideologia ocorre com essa separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, pois com ela surgem os ideólogos. Esses irão sistematizar a falsa consciência, cuja existência é derivada das representações ilusórias da vida cotidiana, e dar-lhe-ão coerência, formando, assim, a ideologia (VIANA, 2007, p. 28).

⁵ Segundo Hilsenbeck em determinado momento foi necessário o afastamento do Exército Zapatista das funções administrativas, pois devido à sua estrutura de organização (hierarquias, medidas de segurança) “estava a criar situações não democráticas e rígidas” impedindo o avanço da livre participação nas assembleias (HILSENBECK, 2007, p. 212).

leis da dialética, como o fez Mao se Tung (VIANA, 2000).

Em relação à organização interna das comunidades zapatistas em suas decisões parece haver outra reformulação, que amadurecida e articulada com um projeto e tornada princípio constitui elementos para superação de limites, propondo uma real alternativa para as atuais relações de poder. A prática das tomadas de decisões a partir de assembleias em que todos podem participar.

Com o surgimento das Juntas de Bom Governo, que reúnem regiões sediadas pelos Caracóis, pretende-se superar os problemas levantados na construção da autonomia das comunidades tentando gerar integração entre elas (HILSENBECK, 2007). As JGBs procuram articular dois princípios políticos do EZLN, o primeiro é a importância da participação e, por conseguinte, a constante aprovação pelas bases dos seus representantes, e isto tenta ser feito de tal modo que as JGBs

São integradas por membros dos Conselhos Municipais Autônomos de sua zona (que são eleitos por assembleias comunitárias e integram as JBG pelo período de três anos). O cargo somente em ocasiões especiais é remunerado – como gastos com viagens pagas pela comunidade –, é considerado “serviço ao povo” e pode ser revogado pela comunidade a qualquer momento. As JBG a cada período são renovadas através da rotação permanente (o período dos representantes para comissões específicas pode ser semanal, mensal, dependendo do caso e a rotação se dá dentre os eleitos para os Conselhos Municipais Autônomos), e anualmente são elaborados informes sobre os assuntos tratados por estas instâncias regionais de governo. A rotação dos membros das JBG (que no geral não possuem estudos formais ou experiências prévias) constitui uma experiência singular de expansão de uma democracia fortemente arraigada com o princípio de responsabilidade com o bem público e de consciência coletiva, pois, para eles é o próprio desenvolver a ação de governar que traz consigo a aprendizagem, formando assim uma espécie de “escola de democracia”, em que centenas de pessoas de todo o povoado vão aprendendo com a própria experiência (HILSENBECK, 2003, p. 213).

Assim, o EZLN pretende se pautar pela busca de uma “representatividade real”, baseada no controle dos representantes, que segundo os zapatistas inexistem no sistema político Mexicano; estas práticas são expressas para Hilsenbeck como “uma mescla entre as formas de organização tradicionais indígenas, a democracia representativa e direta” (HILSENBECK, Idem, p. 200).

Outra transformação efetuada pelo EZLN é com relação ao entendimento de que existe uma multiplicidade de conflitos e opressões na sociedade capitalista que não podem ser ocultadas, ficando célebre o discurso no qual o subcomandante Marcos responde às acusações feitas por um jornal de que ele era um homossexual que trabalhou nos EUA, diante das críticas, Marcos revela sua verdadeira identidade:

Marcos é gay em San Francisco, negro na África do Sul, asiático na Europa,

chicano em San Isidoro, anarquista na Espanha, palestino em Israel, indígena nas ruas de San Cristóbal, chavo banda em Neza, roqueiro na CU [campus da UNAM], judeu na Alemanha, ombudsman na Sedena [ministério da Defesa], feminista nos partidos políticos, comunista na pós guerra fria, preso em Cintalapa, pacifista na Bósnia, mapuche nos Andes, professor na CNTE, artista sem galeria nem portfólios, dona de casa num sábado à noite em qualquer bairro em qualquer cidade de qualquer México, guerrilheiro no México do fim do século XX, grevista na CTM, repórter de notas de relleno em interiores, machista no movimento feminista, mulher sozinha no metrô às 10 p.m., aposentado durante um ato no Zócalo [praça central], camponês sem terra, editor marginal, trabalhador desempregado, médico sem praça, estudante inconformado, dissidente no neoliberalismo, escritor sem livro e nem leitores, e, seguramente, zapatista no sudoeste mexicano. Enfim, Marcos é um ser humano, qualquer, neste mundo. Marcos é todas as minorias intoleradas, oprimidas, resistindo, explodindo, dizendo já basta! Todas as minorias na hora de falar, e majorias na hora de calar e todos os intolerados procurando uma palavra, sua palavra, o que devolva maioria aos eternos fragmentados, nós. Tudo o que incomoda o poder e às boas consciências, isso é Marcos (MARCOS apud FIGUEIREDO, 2003, p. 206-7).

A própria concepção de ação conjunta com setores da sociedade civil que anteriormente falamos nos remete a esse princípio, o que desemboca noutra transformação efetuada pelo EZLN, a recusa de ser vanguarda, mesmo que seja das lutas indígenas: “hoje continuamos caminhando com todos os povos indígenas pelo reconhecimento dos seus direitos. Não como vanguardas e nem como direção, somente como uma parte” (4º DECLARAÇÃO); e tampouco dirigente da luta de classes, pois seus objetivos devem “refletir que somos uma força política que não almeja a tomada do poder, que não pretende ser a vanguarda de uma determinada classe, ou da sociedade em seu conjunto”⁶ (Declaração de princípios).

A recusa a ser vanguarda pelo EZLN na forma como foi feita se constitui como um típico exemplo que corresponde à nossa interpretação do EZLN, justamente as reformulações na estratégia política, sendo o enfoque nos meios, secundarizando os fins, seu traço mais marcante. O meio de ação juntamente com outras organizações é feito de uma forma pelo zapatismo que os fins ficam totalmente desfocados, contando com a participação dos outros movimentos, que na própria participação devem “convencer a maioria da Nação de que sua proposta é a melhor para o país” (2º Declaração), seja ela capitalista, comunista, democrata-cristã, em outras palavras, apesar de o EZLN ter um posicionamento crítico contra a sociedade capitalista, essa posição significa a renúncia de um projeto próprio, embora universalizante.

⁶ Apesar de este comunicado ser da época da formação da FZLN, não consideramos que haja qualquer diferença substancial dos comunicados do EZLN, ao contrário, somente uma reafirmação de seus princípios em aliança com os setores da sociedade civil.

Acreditamos que essas alterações que foram efetuadas pelo EZLN derivam de uma ruptura maior, que tem suas causas na especificidade Mexicana, o domínio hegemônico do Estado sobre as práticas políticas das várias organizações sociais: o país que sofreu com a chamada ditadura perfeita, dava as condições históricas e sociais necessárias para o surgimento de movimentos populares que negassem a própria dinâmica política e social pautada pelo predomínio do Estado. Dito de outra forma, acreditamos ter acontecido um “trauma” nos vários setores da sociedade mexicana, o que significou até mesmo uma repulsa em deixar para o Estado as decisões políticas; e sem esquecer obviamente o esfacelamento do projeto de desenvolvimento econômico que sustentou durante décadas o domínio do Estado sobre as proposições das classes patronais e trabalhadoras); Ressaltamos, também as mudanças no pensamento social de esquerda advindas desde a década de 60. A ruptura que aqui consideramos é a negativa de tomada do poder do Estado, objetivo maior dos movimentos influenciados pelo leninismo e variantes tais como trotskismo, estalinismo, maoísmo.

Desde a primeira Declaração da Selva Lacandona o EZLN deixa bem claro que seu levante não tem como objetivo tomar o poder do Estado para si, mas depor o ditador, e para tanto, precisam do auxílio dos “outros poderes da Nação” para “que restaurem a legalidade e a estabilidade da Nação” (1º DECLARAÇÃO). Para Hilsenbeck

Os zapatistas defendem uma clara recusa à forma de política enfocada no poder Estadocêntrico e, deste modo, eles se deslocam do paradigma que entendia a conquista do poder estatal como condição sine qua non para uma mudança radical da sociedade (HILSENBECK, 2003, p. 171).

Se o poder do Estado não é o objetivo, então é possível realizar novas interpretações e formas de ações políticas que não poderiam ser feitas a partir da lógica de conquista do poder do Estado, isto é, reformula-se a estratégia política. Segundo Holloway, partindo-se do objetivo de tomar o Estado:

O nacionalismo é um complemento inevitável da lógica do poder (...). Inevitavelmente, não importa em que medida a inspiração revolucionária esteja guiada pela ideia de revolução mundial, a ênfase em um Estado particular como o lugar do qual surgiria a mudança social radical implica dar prioridade à parte do mundo que esse Estado abarca sobre suas outras partes (...). Não obstante o quanto se defenda o movimento e sua importância, o objetivo de se conquistar o poder implica inevitavelmente uma instrumentalização da luta. A luta tem como objetivo conquistar o poder político. Aqueles elementos que não contribuem para se alcançar o objetivo são considerados secundários ou suprimidos em conjunto: estabelece-se uma hierarquia das lutas (...). No alto da hierarquia aprendemos a colocar aquela parte da nossa atividade que contribui para se “construir a revolução”; na base, localizamos frivolidades pessoais, como as relações afetivas, a

sensualidade, a brincadeira e o amor. A luta de classes se torna puritana (...). A luta está perdida desde o começo, muito antes de que o exército ou o partido vitorioso conquistasse o poder e “traísse” suas promessas. Está perdida uma vez que a lógica do poder se filtra no interior da luta, uma vez que a lógica do poder se converte na lógica do processo revolucionário, uma vez que o negativo da rejeição se converte no positivo da construção do poder (HOLLOWAY, 2003, p. 30-32).

Em síntese, Holloway quer dizer que o paradigma e a prática políticos que se baseiam na tomada do poder do Estado conduzem ao nacionalismo, à canalização da revolta, reprodução da lógica do poder, hierarquização e disciplinamento dos projetos; pelo que demonstramos acima a estratégia política do EZLN se caracteriza justamente como uma busca de romper com estes modelos de ação.

Porém, as reformulações que apontamos na estratégia do EZLN nos dão conta da existência de significados que vão além da mera alteração (os meios passam a determinar os fins) apontada por Figueiredo. Há claramente o problema de que os meios a serem utilizados na luta não foram acompanhados por um estabelecimento claro de quais serão os objetivos desta, sendo assim, consideramos que a reformulação passou não por uma simples inversão da lógica meios e fins, mas sim por uma secundarização dos objetivos a serem alcançados, o que entendemos que são as condições sócio-históricas que sucederão a sociedade capitalista.

Suas problemáticas são consequências de sua própria ação, e com isto queremos dizer que estão diretamente ligadas às suas superações, isto é, fazem parte de um mesmo movimento que se completa entre suas negações e afirmações; são as reformulações que praticaram geradoras desta contradição. Vejamos agora o porquê de para além de inversão, há predominantemente o enfoque nos meios utilizados.

A formação das autonomias aparece como um dos grandes projetos e experiências do EZLN. Realmente, este projeto consiste numa concretização de relações sociais que no contexto da sociedade mexicana são impensáveis, tais como a participação popular na escolha dos que, em termos zapatistas, mandarão obedecendo, a participação nas decisões das comunidades. Contudo, acreditamos que este projeto em si não se pauta pela negação do Estado reprodutor das relações de produção capitalistas, pois se se é autônomo é justamente em relação a alguém, quer seja por concessão ou por reivindicação, e esta é sempre uma relação que pode ser pautada pela autonomia ou não, dado que existe um foco, um núcleo que no fundo permite ou não a autonomia do outro. A autonomia é um início, mas deve ser acompanhada de ações que a expandam, não só

para comunidades vizinhas, da mesma região, mas deve se pautar pela própria negação da autonomia, ou melhor, pelo seu desenvolvimento que completado construa relações sociais que não necessitam da autonomia, mas esta será uma condição prévia da sociedade.

Outra questão problemática que vimos no EZLN é com relação aos partidos, e isto deriva justamente da sua relação ambígua quanto ao Estado, pois se se pode tolerar, ou conviver tacitamente com ele, então se pode tolerar, ou mesmo apoiar instituições que se aparentam progressistas. Depois de inúmeras demonstrações de contradição, o EZLN decidiu-se por não mais apoiar o PRD, principal partido da oposição Mexicana. Mas se decidiu em não apoiar mais este partido, ao passo em que apoiou inúmeros outros partidos pelo mundo. Se partimos das considerações de Tragtenberg sobre os partidos políticos:

Os partidos são dirigidos por castas, intelectuais e políticos profissionais. Não são democráticos, porque neles domina uma minoria dirigente com interesses específicos. Numa democracia política, o programa de cada partido somente é conhecido por uma minoria; a grande maioria só conhece slogans, palavras de ordem e promessas ambíguas. Numa democracia parlamentar, a decisão é tomada por uma minoria, que, assim sendo, se corrompe e decide em seu próprio benefício. A profunda incompatibilidade dos partidos da esquerda tradicional, sejam comunistas, socialistas, ou intitulem-se partidos dos trabalhadores, consiste em que o partido tende a ser o instrumento privilegiado de coordenação da revolução social. Fundamentalmente é um Estado em miniatura, com um aparelho e quadros cuja a função é tomar o poder e não destruí-lo. Consolidada a revolução, o partido assimila todas as formas técnicas e a mentalidade da burocracia (TRAGTENBERG, 2006, p. 98).

Entenderemos essas alianças como paradoxais, devido às próprias relações estabelecidas entre o EZLN e sua base social, principalmente no que toca à rotatividade dos cargos:

E agora estamos passando o trabalho de vigilância do bom governo às bases de apoio zapatistas, com cargos em esquema de rodízio, de tal forma que todos e todas aprendam e realizem este trabalho. Porque nós achamos que o povo que não vigia os seus governantes está condenado a ser escravo, e nós lutamos para sermos livres, não para mudar de dono a cada seis anos (6º DECLARAÇÃO).

Desse modo, “convivência” com partidos, mesmo que camuflados sob a pecha de “independentes”, e Estado, inibem a ação mais radical (no sentido de coerência e profundidade) do movimento, seja em suas práticas, quer seja em relação com o restante da sociedade. Assim, surgem práticas que podemos denominá-las de reformismo, dado que suas consequências não atingem a estrutura do Estado, dado que as classes

oprimidas não possuem poder de decisão, mas somente conseguem pequenas medidas e benefícios do Estado, ou seja, poder de reivindicação (VIANA, 2003).

Dessas problemáticas do EZLN acreditamos decorrer outra: a diluição de seu projeto de sociedade, não um projeto que seja imposto, mas que represente a afirmação dos interesses universais dos oprimidos pelo capitalismo. A recusa em apresentar este projeto universal de transformação social significou para o EZLN o abandono da projeção de um fim a ser alcançado, subsumindo nos meios que colocam em ação. A clareza de que existe uma diversidade de conflitos na sociedade capitalista não significa que todos os conflitos podem por em questão a reprodução da sociedade capitalista, como claramente pretende o EZLN, ainda mais depois do que vimos na 6ª Declaração. As alianças entre os diversos grupos oprimidos devem passar por uma contextualização, crítica e não simples aceitação, dado que podem confundir na própria ação e formulação dos objetivos do EZLN.

A questão fundamental é que a prática da transformação social deve estar embasada na consideração de que deve haver uma correspondência entre meios e fins e não o predomínio de um ou de outro (VIANA, 2007; VIANA 2000; SPARROW, 2009). Assim, consideramos que existe uma superação, um avanço na prática do EZLN e de suas bases sociais, as comunidades zapatistas e os grupos de apoio ao redor do mundo. O avanço consiste nas próprias mudanças que o movimento põe como necessárias para a transformação social, rompendo com paradigmas que dominaram as lutas dos trabalhadores durante quase todo o século XX: o principal deles é a recusa da tomada do poder do Estado. Contudo, não conseguem levar a questão adiante e param na recusa à tomada do poder Estatal, pois não formulam um projeto de negação/destruição deste instrumento de controle da classe dominante, logo, de reprodução das relações de produção capitalistas.

A seguinte consideração sobre a ética libertária e sua relação com os meios e fins é bem explicativa do que queremos falar sobre os avanços e problemáticas em que estão envolvidos os aderentes da causa do EZLN, o que quer dizer que não somente o grupo entra nestas contradições, mas que quase todos os que os apoiam também o fazem. Segundo Viana, “uma ética libertária não pode compartilhar com ideologias autoritárias e vanguardistas e por isso o que está em questão é uma busca radical de libertação humana e no qual os meios determinam os fins e, portanto, devem ser correspondentes”(VIANA, 2000, p. 142). Procuramos ao longo do texto demonstrar que

existe no EZLN uma negação à concepção de organização autoritária e do movimento querer ser a vanguarda das lutas sociais, porém, também demonstramos que inexistente no movimento um objetivo claramente definido, isto é, para onde levará as suas lutas, o que tem como consequências práticas sociais que não questionam a totalidade da ordem social estabelecida, ao contrário, enquanto formulam meios que lhes aparecem produtivos podem até conviver com esta ordem, mas de antemão avisados que serão testados a todo o momento.

Referências Bibliográficas

BRIGE, Marco; DI FELICE, Massimo (ORGS). VOTÁN-ZAPATA. *A marcha indígena e a sublevação temporária*. São Paulo: Xamã, 2002.

FIGUEIREDO, Guilherme. *A Guerra é o Espetáculo: Origens e Transformações da Estratégia do EZLN*. Dissertação de mestrado em Ciência Política - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2003.

GENNARI, Emílio. *“Terra e Liberdade!” O grito de Zapata corre o mundo Seleção de textos e comunicados do Exército Zapatista de Libertação Nacional 1994 – 1998*. Disponibilizado pelo projeto Xojobil.

HILSENBECK, A. F. *Algumas considerações sobre a relação do Exército Zapatista de Libertação Nacional com o Estado e a sociedade civil*. In: Simpósio Estadual de Lutas Sociais, 2, 2006, Londrina. Anais. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2006.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. São Paulo: Viramundo, 2002.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões sobre o Socialismo*. São Paulo: editora Unesp, 2006.

VIANA, Nildo. *A filosofia e sua sombra*. (2000) Goiânia: edições germinal.

_____. *Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. *Escritos Metodológicos de Marx*. Goiânia: Editora Alternativa, 2007.

Diego Marques Pereira dos Anjos

Graduando em Ciências Sociais pela UFG –
Universidade Federal de Goiás.

O conceito de “Liberdade” em Mikhail Bakunin

João Gabriel da Fonseca Mateus

Este texto objetiva demonstrar a atual conjuntura das relações de produção capitalistas em suas mais diversificadas esferas, analisando a noção de Liberdade para Bakunin, e propondo uma visão revolucionária radical para nossa sociedade.

A importância de tratarmos este tema diz respeito à atual conjuntura do capitalismo, à produção acadêmica derivada desta, à luta e à necessidade da luta dos trabalhadores para a destruição deste sistema e, consecutivamente a sua emancipação.

Assim, nosso objetivo fundamental é apresentar as teses libertárias de um teórico anarquista que produziu no século XIX, compreendendo a totalidade de seu pensamento, sabendo que foi fruto de um período histórico delimitado, podendo através de tal análise atualizar seus pensamentos libertários, isto é, compreender sua radicalidade e aproveitar aquilo que ainda é válido para o momento atual, bem como aquilo que pode ganhar nova forma a partir das condições atuais.

Para atingirmos nossos objetivos, dividimos este texto em algumas partes. Primeiro, analisaremos alguns pontos importantes como “conceitos e categorias”. Em seguida analisaremos o método materialista de Mikhail Bakunin, a educação proposta pelo autor russo com sua crítica à Ciência Burguesa e ao Estado. E, por último, desenvolveremos o conceito de “Liberdade”.

É nesse aspecto de uma visão total que buscamos entender a atualidade do pensamento de Mikhail Bakunin em nossa sociedade. Quando falamos de anarquismo, devemos considerar suas diversas correntes: anarquismo individualista, anarco-comunismo, anarco-sindicalismo e coletivismo. Este texto trata do bakuninismo ou coletivismo. O que denominamos bakuninismo não é uma invenção arbitrária e a-histórica, mas um resgate da militância e dos pensamentos de Bakunin. O pensamento de Mikhail Bakunin e o coletivismo são a mesma coisa, sendo ele um dos precursores dessa corrente do anarquismo.

Resgatar os escritos de Bakunin é trazer à tona um pensamento revolucionário radical que era capaz de perceber o modo como retiraram dos trabalhadores os seus meios de produção, os seus meios de administração e os seus meios intelectuais. Assim, estes escritos não são apenas um exercício acadêmico de expor as diversas teses e práticas anarquistas e sim tentar mostrar as vivências do pensamento anarquista fora das

ilusões impostas pela ideologia burguesa. E ainda, abandonar o proselitismo, o culto à autoridade infalível e dogmatismo é um papel fundamental em uma análise que visa compreender um autor complexo que viveu a mais 150 anos atrás na Europa. O engajamento libertário, ou seja, reflexivo e crítico, é a grande contribuição de Mikhail Bakunin para o anarquismo.

Tentaremos, portanto compreender o coletivismo em sua totalidade, isto é, compreender o seu método de análise da realidade, os objetivos que apresentavam e os meios pelos quais acreditavam serem fundamentais para chegar ao objetivo: a sociedade autogerida.

Assim, Bakunin, através de seus escritos, consegue sair do mundo das ideias e revela uma prática libertária para os trabalhadores, colocando o pensamento coletivista no contexto histórico da sociedade capitalista, fundada na exploração, expropriação dos trabalhadores e em uma luta secular entre classes sociais antagônicas.

A utilização dos conceitos se torna imprescindível na realização de qualquer análise, sob qualquer corrente historiográfica. É necessário entender o que são conceitos em uma análise sobre Mikahil Bakunin, pois o próprio autor utiliza diversos conceitos, como: Estado, Instrução, Liberdade, dentre outros.

Os conceitos como “expressões da realidade”, nos põem a pensar como todas as palavras são convencionais, produzidas pela consciência humana e assim, claramente sociais. Portanto, não são autônomas da realidade material. Criar autonomia às palavras e naturalizá-las é negar a construção histórica e social de cada uma (MARX, 1983, p. 70).

O Estado é uma construção humana que não pode ser naturalizada. Naturalizar o Estado, ou qualquer relação, é cair em um idealismo. O idealismo, para Bakunin, sustenta o domínio brutal das classes dominantes.

Por toda a parte... o idealismo, religioso ou filosófico, um não sendo senão a tradução mais ou menos livre do outro, serve hoje de bandeira à força material, sanguinária e brutal, a exploração material descarada; (...) O materialismo nega o livre arbítrio e conduz à constituição da liberdade (BAKUNIN, s/d, p. 47).

Diferentemente dos conceitos, as categorias são apenas recursos heurísticos e que devem ser confrontados com a realidade a todo o momento. De acordo com Karl Marx, o movimento das categorias como recursos de interpretação, surge com o ato de produção do real. Categorias expressam aspectos das relações dos homens entre si e

com a natureza e são desenvolvidas através do desenvolvimento do conhecimento e da prática social (MARX, 1983, p. 70).

Uma categoria muito estudada em Bakunin é o trabalho. Mais a frente aprofundaremos o estudo desta categoria.

O materialismo como método de análise da realidade é fundamental na perspectiva coletivista. Partindo da premissa do que entendemos por material, ou seja, aquilo que abarca os seres vivos na sua totalidade, o materialismo bakuninista considera o ser humano como um ser social. São indivíduos reais em atuação com as condições materiais de vida. Assim, considera-se o homem como um produtor de sua própria realidade, constituindo a sociedade em multi-relações.

Poderíamos responder-lhes que a matéria da qual falam os materialistas, matéria espontaneamente, eternamente móvel, ativa, produtiva, a matéria química ou organicamente determinada e manifesta pelas propriedades ou pelas forças mecânicas, físicas, animais e inteligentes, que lhe são forçosamente inerentes, esta matéria nada tem de comum com a vil matéria dos idealistas (BAKUNIN, 2000, p. 13).

Esse materialismo, que se opõe ao idealismo hegeliano, do qual sofreu influências, é uma negação das concepções de consciência pura. Para Bakunin, o homem se torna ser vivo real através das suas relações materiais. Portanto, o trabalho é a forma pela qual os homens se relacionam entre si em sociedade e se emancipam da sua condição de mero animal na necessidade de produção e reprodução de sua vida.

Relacionando trabalho com instrução, Mikhail Bakunin desenvolve sobre o conceito de Liberdade. Bakunin estabeleceu grandes princípios de uma sociedade livre. Convém agora refletir sobre seus escritos sobre Ciência, Instrução Integral e o Estado, que são conceitos-chave na noção de liberdade.

Partindo do materialismo, Bakunin analisa a ciência a partir das suas relações concretas e reais de existência. Assim, esta deve ser entendida a partir das relações humanas.

Bakunin considera a ciência como algo fundamental no desenvolvimento dos seres humanos. Em seu pensamento, a ciência é livre dos fantasmas da metafísica e da religião, se distinguindo das ciências puramente experimentais. Ciência esta que analisa um objeto determinado a partir da totalidade. Mas, o que Bakunin condena é o uso que a burguesia fez da ciência. Criticando os progressos da ciência em favor de uma classe social e em detrimento de outras, Bakunin diz,

São imensos, na verdade, esses progressos. Mas, quanto mais extraordinários são, mais se convertem em causa da escravidão intelectual e, portanto,

material, origem de misérias e de inferioridade para o povo, pois tais progressos também estimulam a distância que já separa a inteligência popular das classes privilegiadas (BAKUNIN, 2003, p. 63).

Nos escritos de Bakunin a noção de educação é sempre discutida em âmbito primário. A relação que o autor elucida em seus textos é a favor de uma educação igualitária e justa. Nesse sentido alisaremos aqui a noção de “Instrução Integral” proposto por ele.

A proposta de educação que emancipe o homem é vista por Bakunin como instrução integral¹. Esta virá a humanizar o homem, rechaçando as restrições impostas pelas diferenças de classe e pela divisão social do trabalho.

Organizar a sociedade de tal forma que todo indivíduo, homem ou mulher, que nasça, encontre meios iguais para o desenvolvimento de suas diferentes faculdades e para sua utilização em seu trabalho; organizar uma sociedade que, tornando a todo indivíduo, qualquer que seja, a exploração do trabalho alheio impossível, deixe cada um participar do gozo das riquezas sociais, que só são produzidas, na realidade, pelo trabalho, desde que tenha diretamente contribuído a produzi-las (BAKUNIN, 1988, p. 36).

É claro que a questão da instrução e de uma educação popular e libertária, depende da solução de outra questão, que é a transformação radical nas condições da classe trabalhadora. Ao criticar aos ditos socialistas burgueses, ele diz,

Entende-se agora porque os socialistas burgueses não pedem para o povo mais do que instrução, um pouco mais do pouco de agora, e por que nós, democratas socialistas, pedimos para o povo *instrução integral*, toda a instrução, tão completa como o requer a força intelectual do século, a fim de que sobre a classe operária não haja, doravante, nenhuma classe que possa saber mais e que, justamente por isso, possa explorá-la e dominá-la (BAKUNIN, 2003, p. 60).

Assim, o grau de acesso, o grau de conhecimento e os avanços da ciência dependem dos privilégios de classe. O abismo intelectual entre a burguesia e o proletariado só acaba com a destruição dos privilégios que o geram. Portanto, enquanto houver dois ou vários graus de instrução para camadas diferentes na sociedade, haverá consecutivamente classes, ou seja, privilégios econômicos, políticos para um pequeno grupo e miséria para a imensa maioria.

É nessa relação que devemos compreender a noção de instrução integral. Nessa

¹ Para maior aprofundamento, ver texto: MATEUS, JGF; SADDI, Rafael e SOUSA, Wanderson J. *Educação Libertária: A instrução integral em Mikhail Bakunin*. In: REVISTA ENFRENTAMENTO. Ano 04, no 07, Jul./Dez. de 2009. In: http://api.ning.com/files/2oR5S0a8*BtGIMk0G81IvJVGIPu5Uknch8gcPulhe3*kkS5142obOdPPJc76wlsxWYO8T27pNjII3MSQLK3DDom29AP0tp3a/Enfrentamento07.pdf

perspectiva apontada em que existe uma divisão e uma estratificação do saber, fica clara a proposta bakuninista no sentido de que o trabalho, a instrução e a ciência devem ter acessos livres e iguais perante a humanidade, para que assim não existam diferenças entre os homens que trabalham e os homens que pensam, e, sim, uma junção entre trabalho e pensamento na prática destes.

A instrução deve ser igual em todos os graus para todos; por conseguinte, deve ser integral, quer dizer, deve preparar as crianças de ambos os sexos tanto para a vida intelectual como a vida do trabalho, visando a que todos possam chegar a ser pessoas completas (idem, p. 78).

É a partir da eliminação da divisão social do trabalho que se concretiza a instrução integral. Só assim o próprio trabalhador compreende a sua atividade.

O que é e como se realizará a instrução integral?

Para Bakunin, o ensino deverá dividir-se em científico ou teórico e industrial ou prático. O ensino científico deverá ainda ser dividido em geral e específico. O geral deve preparar as pessoas nas atividades para que elas sintam-se a liberdade e habilidade de realizá-las. O específico será um estudo profundo sobre uma das diferentes especialidades científicas.

O ensino prático ou industrial é também dividido em duas partes, que seria o de conhecimentos gerais e os de conhecimentos específicos. Os gerais são os que “darão às crianças as ideias gerais e o próprio conhecimento prático de todas as indústrias, que constituem a civilização no aspecto material, a totalidade do trabalho humano”. De outro lado, o científico é o estudo aprofundado em indústrias com plenas realizações da ciência (idem, p. 83).

Com essa reorganização dos estudos acabariam as barreiras que dividem e estratificam os homens pelo conhecimento. Bakunin preconiza ainda, que não existem homens idênticos: “(...) A imensa maioria dos homens não é idêntica, mas sim, equivalente, portanto, igual” (idem, p. 77).

Finalmente, a liberdade, para Bakunin, necessariamente implicaria na igualdade e isso coloca um vínculo explícito entre liberdade e socialismo; para ele não existe liberdade plena sob o capitalismo, o Estado ou qualquer outro tipo de dominação, e a igualdade, fundamentalmente econômica, é condição prévia para o desenvolvimento da liberdade.

O tema da liberdade é retomado e colocado em um nível de centralidade no pensamento bakuninista. O conceito de liberdade de Bakunin é extremamente

complexo. Ele articula múltiplas dimensões, múltiplas causalidades, consecutivamente objetivas e subjetivas.

O conceito de liberdade está relacionado com o conceito de *trabalho*. Devemos recuperar aqui a sua teoria da realidade material. Bakunin sofreu, como Marx, influências do pensamento hegeliano e, com sua perspectiva revolucionária, rompeu com o hegelianismo e aderiu ao materialismo histórico como método de análise da realidade. Assim, Bakunin pensa o homem como um ser real, um ser vivo em sua totalidade, tanto em necessidades naturais quanto em pensamentos e sentimentos.

Pelas palavras material e matéria, nós entendemos a totalidade, toda a escala dos seres vivos, conhecidos e desconhecidos, desde que os corpos orgânicos mais simples até a constituição e ao funcionamento do cérebro do maior gênio: os mais belos sentimentos, os maiores pensamentos, os feitos heróicos, os atos de devoção, tantos os deveres como os direitos, tanto o sacrifício como o egoísmo, tudo, até as aberrações transcendentais e místicas de Mazzini, do mesmo modo que as manifestações da vida orgânica, as propriedades e as ações químicas, a eletricidade, a luz, o calor, a atração natural dos corpos, constituem aos nossos olhos tantas evoluções, sem dúvida, diferentes mas não menos estreitamente solidárias, desta totalidade de deveres reais que chamamos matéria (BAKUNIN, s/d, p. 49).

As necessidades e condições materiais de existência, a carência dos meios de satisfazê-las, obriga os homens a lutarem e trabalharem para diminuir a dependência do mundo natural.

A liberdade do homem não é um fato dado, mas uma conquista, uma aquisição. E esta conquista se dá por dois meios: o trabalho e o pensamento, a ação e o saber. Nesse sentido, Bakunin analisa e compreende que nas relações capitalistas existem diferenças de educação entre as classes sociais os quais geram consecutivamente uma estratificação no saber. Isso resulta que, para o anarquista russo, deve-se abolir os graus de instrução, as classes sociais e, por fim, a divisão social do trabalho.

O trabalho é uma categoria geral, constitutiva da atividade dos seres vivos, e passa a ser especificamente humano pelo pensamento.

O homem cria este mundo histórico pela força de uma atividade que encontraremos em todos os seres vivos, que constitui o próprio fundamento de qualquer vida orgânica e que tende a assimilar e a transformar o mundo exterior segundo as necessidades de cada um, atividade, conseqüentemente, instintiva e fatal, anterior a qualquer pensamento, mas que iluminada pela razão do homem e determinada por sua vontade refletida, transforma-se nele para ele em trabalho inteligente e livre (BAKUNIN, 1988, p. 70).

O conceito de liberdade se estrutura sobre as ideias de oposição e luta do mundo social ao mundo natural. No entanto, esta liberdade é sempre parcial e relativa; a

liberdade não é mais que o contínuo processo de libertação frente às necessidades e restrições materiais que o mundo exterior impõe ao mundo social. E o único meio de realizar essa libertação, é pelo trabalho, ato físico e intelectual (BAKUNIN, 2000, p. 26).

A liberdade é o fim da especialização e a possibilidade de exercer inúmeras e diferentes atividades. Significa também abolir a burocracia com seus entraves, bem como as crenças religiosas. A ampla liberdade tende a desenvolver as potencialidades dos indivíduos, tornando-os altamente criativos, que possibilita suprir suas necessidades e não as necessidades de reprodução do capitalismo.

Ser livre para o anarquista russo é ser reconhecido e tratado igualmente entre os homens. Dessa forma, a liberdade é um fato de reflexão mútua e de ligação entre os indivíduos.

E somente o trabalho, enquanto atividade de transformação do mundo material realiza essa capacidade de ser livre em sociedade. O homem só é capaz de se libertar da dependência, em relação ao mundo natural, pelo conhecimento desta natureza exterior, e pela aplicação destes saberes adquiridos ao mundo social, logo, pelo autoconhecimento, já que ele está integrado em ambos. O conhecimento, o saber, se apresenta como ferramenta que auxilia na libertação do homem.

O povo, neste sistema, será eterno estudante e pupilo. Apesar da sua soberania, totalmente fictícia, ele continuará a servir de instrumento a pensamentos e vontades, e conseqüentemente também a interesses que não serão os seus. Entre esta situação e o que chamamos de liberdade, a única verdadeira liberdade, há um abismo. Será sob novas formas, a antiga opressão e a antiga escravidão; e onde há escravidão, há miséria, embrutecimento, verdadeira materialização da sociedade, tanto das classes privilegiadas quanto das massas (idem, p. 30).

A sociedade, a coletividade, neste sentido, não seria um empecilho para a liberdade, mas uma condição de sua própria realização. A liberdade individual, portanto, só pode existir dentro da liberdade coletiva. “A liberdade dos indivíduos não é absolutamente um fato individual, é um fato, um produto, coletivo. Nenhum homem poderia ser livre fora e sem o concurso de toda a sociedade humana” (BAKUNIN, s/d, p. 32).

Contradizendo os individualistas, Bakunin critica a teoria do contrato social de Jean Jacques Rousseau. O escritor, que inspirou os burgueses no século XVIII e até mesmo anarquistas individualistas no século XIX, afirma a necessidade e a existência de um contrato social em que o homem cria voluntariamente a natureza. Esse ponto de

vista não condiz com as relações materiais de existência que permeiam a própria existência humana. O homem assim sendo, não se torna um animal social. Assim, sua individualidade, enquanto humana, a sua liberdade como indivíduo, é produto da coletividade. Fora da sociedade, argumenta Bakunin, o indivíduo não pode ter sequer a consciência de sua humanidade. Isto não deve ser interpretado como uma elevação do coletivo subjugando o indivíduo, pelo contrário, ele busca a liberdade individual através da liberdade coletiva. Não existe em Bakunin antagonismo entre liberdade coletiva e individual, tal como a noção liberal supõe.

No contrato social, Rousseau procurou a liberdade do homem em seus primórdios. Se opondo ao autor francês, Bakunin diz que Rousseau não deveria tê-la procurado no início da história humana, pois o homem estava, então, privado de qualquer conhecimento de si mesmo. O conhecimento do homem a partir de si mesmo advém da relação com outros indivíduos em sociedade, sendo, portanto, incapaz de conhecer a si mesmo sozinho.

Bakunin ao negar o individualismo e estabelecer seus estudos pela compreensão da contradição de classes na sociedade capitalista vê isso como elemento para a revolução.

Segundo ele próprio, “O homem só se emancipa da pressão tirânica, que sobre todos exerce a natureza exterior, pelo trabalho coletivo; isto porque o trabalho individual, impotente e estéril, nunca poderia vencer a natureza” (BAKUNIN, s/d, p.32).

E ainda,

Tudo o que é humano no homem, e mais do que qualquer outra coisa, a liberdade, é o produto de trabalho social, coletivo. (...) Quanto a nós, que não queremos nem fantasias, nem nada, mas a realidade humana viva, reconhecemos que o homem só pode sentir-se e se saber livre, - e conseqüentemente, só pode realizar a sua liberdade- no meio dos homens (...) (idem, p. 33).

Neste sentido, a liberdade só pode ser real a partir do momento em que existam condições reais para o desenvolvimento de todos os homens. Como diria o próprio Mikhail Bakunin: “O direito à liberdade, sem os meios de realizá-las, é apenas uma quimera” (BAKUNIN, s/d, p. 30). A liberdade só se concretizará com a destruição das estruturas de exploração burguesas e de dominação da sociedade capitalista, que impõe o desenvolvimento intelectual, econômico e político para a burguesia e a exploração

para o proletariado. Ou seja, a liberdade só se concretizará em uma sociedade autogerida.

Nesse sentido, podemos concluir dizendo que temos esboçado alguns campos fundamentais para o desenvolvimento de um estudo revolucionário que tem relevante importância na atual conjuntura do capitalismo para sua destruição. Analisá-las e avançá-las em discussão são buscas incessantes para a destruição deste sistema, pois a luta revolucionária não separa a teoria da prática.

Qualquer iniciativa a favor da autogestão social é um passo para sua afirmação como práxis revolucionária, aumentando a tendência para realização de uma sociedade justa e igualitária. Para tal, é necessário lutar por sua concretização e isto se dá cotidianamente através da ação prática, confrontando as ideias com a realidade e no desenvolvimento de uma consciência revolucionária.

Referências Bibliográficas

BAKUNIN, Mikhail. *A Instrução Integral*. Trad. Luiz Roberto Malta. São Paulo: Imaginário, 2003.

_____. *Deus e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 2000.

_____. *Escritos contra Marx*. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo*. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

_____. *O Estado: Alienação e Natureza*. In: *O anarquismo e a democracia burguesa*. Trad. Roberto Goldkorn. São Paulo: Global Editora, 3ª Edição, 1986.

_____. *Socialismo e Liberdade*. São Paulo: Coletivo Editorial Luta Libertária, s.d.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

OITICICA, José. *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *O Contrato Social*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1971.

João Gabriel da Fonseca Mateus

Graduando em História pelo IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Goiânia.

Expansão do desemprego e criminalização da luta dos desempregados na Argentina

Lisandro Braga

Nossa proposta consiste em analisar as principais determinações que levaram à adoção do modelo neoliberal na Argentina, suas principais consequências para a classe trabalhadora, tal como o desemprego em massa, a emergência daquilo que Pierre Bourdieu (1998) denominou de “milagre social”, ou seja, de uma organização social composta – inicialmente - por desempregados, assim como a radicalidade de suas lutas e, como resposta das classes dominantes, a criminalização do protesto social.

A partir da década de 1980 a sociedade moderna passa a sofrer importantes transformações nas suas formas de valorização do capital (toyotismo), assim como nas suas formas de regularização das relações sociais garantidoras do mesmo. A principal forma regularizadora dessas relações consiste no Estado Neoliberal. Esse emerge com o objetivo de proporcionar melhores condições para a acumulação capitalista através da desregulamentação do mercado, do “afastamento” do Estado das obrigações sociais (saúde, educação, segurança, emprego etc.) e de sua transferência para a iniciativa privada via privatização dessas obrigações e de alguns setores estratégicos antes sob o controle estatal (energia, água, gás, petróleo, transportes coletivos, telefonia etc.).

Em suma, o Estado neoliberal chega para varrer os direitos trabalhistas, precarizar as condições de trabalho possibilitando contratos temporários, terceirização, subcontratação, aumento do desemprego, exploração do trabalho infantil, cortes drásticos nas políticas sociais, aumento da insegurança social com a expansão da criminalidade e da repressão pelo “Estado Penal” e um amplo processo de empobrecimento em escala global via processo de lumpemproletarização¹. Por conseguinte, o Estado neoliberal cria as condições “legais” para a construção de um mundo de “exploração sem limites” (BOURDIEU, 1998), uma vez que substitui o Estado do Bem-Estar Social pelo Estado do Bem-Estar Corporativo (HARVEY, 2008).

Recém saída de uma ditadura militar, a Argentina se encontrava extremamente

¹ Denominamos de lumpemproletarização o processo de ampliação dos grupos sociais que compõe a totalidade do exército industrial de reserva, ou seja, os desempregados temporários, subempregados, sem-teto, mendigos etc.

endividada e presa a um modelo de governabilidade corporativo, autoritário e corrupto. A partir de 1992, com Carlos Menen no poder, inicia-se um período de neoliberalização da economia com vistas a obter auxílio dos Estados Unidos, assim como recuperar sua credibilidade perante a comunidade internacional. Para isso, Menen promoveu uma abertura comercial aos fluxos de capital externo, garantiu maior flexibilidade nos mercados de trabalho, reformou a legislação trabalhista, realizou uma ampla reforma tributária, privatizou empresas estatais, equiparou o peso ao dólar com o objetivo de combater a inflação e garantir segurança aos investimentos estrangeiros.

Uma das principais consequências da neoliberalização da economia argentina, sem sombra de dúvidas, foi a geração de milhares de postos de trabalho precarizados, subempregos, empregos temporários e milhões de desempregados (intensa lumpemproletarização). O índice de desemprego que na década de 1980 variava entre 4 e 6%, nos primeiros anos da década de 1990 chegou a 18,4%. Apesar da singela recuperação no final dessa década, tais índices voltam a crescer de forma assustadora a partir de 2001: dependendo da região, o índice de desemprego chegou a atingir a cifra de 50% da população economicamente ativa².

A intensidade com que a pobreza foi atingindo amplos setores da classe trabalhadora foi proporcionalmente acompanhada pela intensidade das tensões sociais derivadas de tal pobreza, pois para amplos setores da classe operária argentina, o processo de privatização representou o fim de uma estabilidade no emprego e o início de um caminho, muitas vezes sem volta, ao desemprego e à vida lumpemproletária. A partir daí a história argentina conheceria uma nova modalidade de protestos sociais e um novo sujeito histórico: o movimento piqueteiro.

A emergência do movimento piqueteiro está diretamente relacionada com o amplo processo de privatização neoliberal, principalmente com a privatização da empresa estatal petrolífera YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), localizada nas províncias patagônicas de Neuquén, especificamente em Cutral-có e Plaza Huinul, nos anos de 1996 e 1997. Logo após a privatização dessa empresa milhares de trabalhadores foram demitidos. No primeiro momento buscaram sobreviver como autônomos, prestando pequenos serviços para a petrolífera, no entanto essas tentativas resultaram em verdadeiros fracassos e esses ex-trabalhadores passaram a se encontrar isolados

² Sobre as consequências sociais do neoliberalismo na Argentina Cf. (SVAMPA, Maristella. *La sociedad excluyente – La argentina bajo el signo del neoliberalismo*. Buenos Aires: Taurus, 2010).

frente á frente com o desemprego aberto e sem nenhuma possibilidade de sustentarem a si mesmo e os seus familiares. Foi a partir daí que em junho de 1997 um grupo de desempregados convocam seus familiares, vizinhos e vários outros setores sociais locais para bloquear a estrada nacional 22, “artéria chave na economia da região” (VITULLO, 2008). Daí em diante várias outras regiões afetadas pelos ajustes neoliberais conheceram manifestações de desempregados e de diversos grupos de trabalhadores que passaram a adotar a estratégia dos piquetes e cortes de estradas como forma principal de protestos que se espalharam por diversas regiões da Argentina: General Mosconi e Tartagal (Salta), Libertador General San Martín (Jujuy), Cruz Del Eje (Córdoba), Capitan Bermúdez (Santa Fe), Buenos Aires e Conurbano Bonaerense³ e outras regiões mais.

É possível percebermos, a partir da década de 1990, um ciclo ascendente de lutas sociais e de enfrentamento popular com as forças policiais que tomará conta da cena política e social argentina até aproximadamente o ano de 2003, período em que as lutas sociais iniciam seu refluxo. Em diversos períodos a tensão social adquire elevado grau de radicalidade e, conseqüentemente, a repressão do “Estado penal” (WACQUANT, 2001) tendeu a ampliar-se a ponto de iniciar um verdadeiro processo de criminalização do protesto social.

É no ano de 2000 que a prática piqueteira atinge o Conurbano Bonaerense, alcançando um caráter nacional e permanente, deixando de ser um fenômeno localizado e fragmentado e tornando-se uma prática de resistência aos ditames neoliberais com caráter nacional. Em resposta ao empobrecimento generalizado de diversas regiões do conurbano, a prática dos piquetes e cortes de ruas/estradas se generalizam e se prolongam por semanas em vários municípios em volta de Buenos Aires. Com isso o governo De La Rúa se vê obrigado a reconhecer esse movimento e iniciar negociações que apontem para a solução do desemprego em massa. Concomitante a esses cortes de ruas locais, se espalham, no mesmo período, cortes de estradas por todo o país. A repressão se intensifica e a violência popular cresce assustadoramente após o assassinato de alguns militantes piqueteiros (o assassinato de Aníbal Verón e Darío Santillán são casos exemplares). De acordo com Vitullo,

Segundo um estudo realizado pela consultora *Centro de Estudios Nueva Mayoría* (2004a) divulgado pelo jornal *La Nación*, os cortes de estradas realizados em todo o território nacional foram 140 em 1997, 51 em 1998, 252 em 1999, 514 em 2000, 1383 em 2001 e 2336 em 2002 (o que representa

³ Área metropolitana de Buenos Aires formada por aproximadamente 24 municípios.

uma média superior aos 6 bloqueios diários, sendo este o ano recorde em matéria de cortes) e, em 2003, verificaram-se 1278 interrupções à circulação de veículos e mercadorias” (2008, p. 115).

Diante da impossibilidade de combater eficazmente o desemprego crescente sem comprometer o processo de acumulação capitalista, o governo argentino optou por criminalizar os protestos sociais: a) a partir dos meios de comunicação apresentando os manifestos por direitos sociais como delitos contra a ordem e os manifestantes como delinquentes, assim como ocultando as motivações populares e apresentando apenas os episódios de violência popular, com isso gerando o medo e fragmentando a sociedade; b) com a ação repressiva do Estado que tende a tornar a questão social em questão penal; c) com a prática crescente do “gatilho fácil” que consiste no assassinato constante de jovens manifestantes em ação por parte da polícia; d) Julgamento e condenação de milhares de manifestantes envolvidos em ondas de protestos sociais sem grandes provas que os levassem a penas tão duras etc⁴.

Constatamos que a sociedade neoliberal é marcada por contradições crescentes, pois se de um lado é necessário, para manter a acumulação capitalista, realizar cortes drásticos em políticas sociais, corroer os direitos trabalhistas, precarizar e intensificar as relações de trabalho, promover o desemprego generalizado para alimentar o exército industrial de reserva e seu papel na manutenção de baixos salários e etc., por outro lado ela se vê obrigada a intensificar a repressão, pois, em consequência de tais práticas, cresce a violência contra a propriedade privada, os protestos sociais se radicalizam e a criminalidade se generaliza. No entanto, o “Estado Penal” não pode ser mantido às custas da não redução da dívida pública e da poupança de recursos e por isso tal Estado opta por ampliar o aparato repressivo e criminalizar os pobres e seus movimentos de protesto social ao invés de combater os mecanismos geradores da pobreza. É exatamente isso que vem ocorrendo no mundo e na Argentina.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos – táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HARVEY, David. *O neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições

⁴ Sobre a construção e fortalecimento do Estado Penal argentino Cf. (KOROL, Claudia & LONGO, Roxana. *Criminalización de los movimientos sociales en Argentina – Informe General*. IN: KOROL, Claudia (org.). *Criminalización de la pobreza y de La protesta social*. Buenos Aires: El colectivo/America libre, 2009).

Loyola, 2005.

KOROL, Claudia & LONGO, Roxana. *Criminalización de los movimientos sociales en Argentina – Informe General*. IN: KOROL, Claudia (org.). *Criminalización de la pobreza y de La protesta social*. Buenos Aires: El coletivo/America libre, 2009.

SVAMPA, Maristella. *La sociedad excluyente – La argentina bajo el signo del neoliberalismo*. Buenos Aires: Taurus, 2010

VITULLO, Gabriel. *Teorias da democracia e democratização na Argentina contemporânea*. Porto Alegre: Editora sulina, 2008.

WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Lisandro Braga

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. E-mail: bragalisandro@yahoo.com.br

Os direitos humanos no combate ao tráfico de mulheres

Vanessa Alexandre de Souza

O princípio fundador dos Direitos Humanos é a igualdade entre todos os seres humanos, apesar das diferenças biológicas e culturais. Nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação pode afirmar-se superior aos demais. As instituições jurídicas têm a função de garantir a aplicação dos direitos humanos em defesa da dignidade humana contra a violência, a exploração e a miséria. A ideia de que os indivíduos podem ser englobados em um conceito ou categoria geral é recente na História. Após o início desse pensamento no período axial¹, foram necessários vinte e cinco séculos para surgir a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A convicção de que todos os seres humanos têm direito à igualdade está vinculada à lei escrita, uma instituição social de fundamental importância.

Para a consolidação dos direitos humanos é fundamental a distinção entre diferenças e desigualdades. As diferenças são biológicas ou culturais, e não implicam a superioridade de alguns em relação a outros. As desigualdades, ao contrário, são criações arbitrárias, que estabelecem uma relação de inferioridade de pessoas ou grupos em relação a outros. Enquanto as desigualdades devem ser destruídas e eliminadas, as diferenças devem ser respeitadas ou protegidas conforme signifiquem uma deficiência natural ou uma riqueza cultural. A cristalização dos ideais defendidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos só se firmarão como direitos efetivos progressivamente, no plano nacional e internacional, como fruto de um esforço sistemático de educação em direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma a proibição absoluta da escravidão e do tráfico de escravos no artigo IV: “Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.” E também no artigo III: “Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” As primeiras manifestações em defesa dos direitos das mulheres estão presentes na trajetória de afirmação histórica dos direitos humanos.

¹ O período Axial e seus desdobramentos (COMPARATO, 2001, p. 8): período axial (de *axis*, ou *Achsenzeit*), termo cunhado pelo filósofo alemão Karl Jaspers representa o eixo histórico da humanidade – entre séculos VIII e II a.C. – no centro do período axial (séculos 600 e 480 a.C.) coexistiram alguns dos maiores doutrinadores de todos os tempos: Zaratustra, na Pérsia; Buda, na Índia; Lao-Tsê e Confúcio, na China; Pitágoras, na Grécia e Dêutero-Isaías em Israel.

Segundo estimativas de organizações não governamentais, aceitas pelos órgãos especializados das Nações Unidas, haveria em todo o mundo, no final do século, cerca de duzentos milhões de pessoas submetidas à escravidão ou a formas assemelhadas, como novas formas de tráfico de pessoas, o que ocorre na atualidade com mulheres e crianças. Num relatório publicado em 2000, o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher estimou que “o tráfico de mulheres e crianças atinge atualmente, um milhão de pessoas em todo o mundo e movimenta entre 7 e 12 bilhões de dólares por ano” (COMPARATO, 2001, p.300).

Com base nos direitos positivos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que consagraram as liberdades individuais clássicas e reconhecem os direitos políticos, as Nações Unidas, segundo COMPARATO (2001), adotaram três convenções internacionais com o objetivo de defender os direitos das mulheres, de acordo com o princípio básico de igualdade entre os sexos. A primeira, em 20 de dezembro de 1952, destinada a regular os direitos políticos das mulheres; A segunda, em 7 de novembro de 1962, sobre o consentimento, o registro e a idade mínima para o casamento; A terceira, em 21 de dezembro de 1965, sobre todas as formas de discriminação racial.

Em 17 de julho de 1998, a Conferência Diplomática de Plenipotenciários das Nações Unidas, reunida em Roma, adotou o estatuto de um Tribunal Penal Internacional, com competência para julgar os responsáveis pelo crime de genocídio e pelos crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes de agressão. Fez-se uma distinção entre o crime de genocídio e os crimes contra a humanidade.

Os crimes contra a humanidade abrangem os seguintes atos: a) homicídio; b) extermínio, entendendo-se como tal a imposição intencional de condições de vida, tais como a privação do acesso a alimentos e a tratamento médico, capazes de provocar a destruição de parte da população; c) a escravidão, d) a deportação ou transferência forçada da população; e) a prisão ou outra grave privação da liberdade física, em violação às regras fundamentais do direito internacional; f) a tortura; g) o estupro, a escravidão sexual, a prostituição forçada, a gravidez forçada, a esterilização compulsória, ou qualquer outra forma de violação sexual de gravidade comparável; h) a perseguição contra qualquer grupo identificável ou coletividade, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero (masculino, feminino), ou outros motivos que sejam universalmente conhecidos como proibidos pelo direito internacional, em conexão com qualquer outro ato considerado como crime contra a humanidade; i) o desaparecimento forçado de pessoas; j) o crime de apartheid; k) outros atos inumanos análogos, causando intencionalmente sério sofrimento ou dano ao corpo, ou à saúde mental ou física (COMPARATO, 2001, p. 245).

O tráfico de mulheres se caracteriza como um crime contra a humanidade (item

g). A eliminação do estatuto jurídico de inferioridade da mulher na vida civil somente veio a ocorrer no século XX, mas não em todos os países. Na Parte II, artigo 3º do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos: “Os Estados-Partes do presente Pacto comprometem-se a assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos civis e políticos enunciados no presente Pacto.”

As primeiras manifestações em defesa dos direitos das mulheres estão presentes na trajetória de afirmação histórica dos direitos humanos. Embora tenha surgido há séculos, o tráfico de seres humanos vem, nas últimas décadas, e particularmente nos últimos anos, tornando-se um problema de dimensões cada vez maiores, a ponto de ser chamado por muitos de a forma moderna de escravidão.

Uma das iniciativas internacionais em torno da questão do tráfico de pessoas foi a criação do Protocolo de Palermo. O Brasil e mais outros 123 países assinaram a Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Transnacional em 2000 na Itália, conhecida como Convenção de Palermo, que trata do enfrentamento aos chamados crimes transnacionais como o tráfico de drogas, de armas e de seres humanos. O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças tem como objetivo ampliar a compreensão do conceito de tráfico incorporado em parte pela Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Além da obrigação dos Estados Partes de estabelecer medidas de natureza administrativa e civil visando modificar as práticas análogas à escravidão, de mulheres e crianças, a Convenção fixou a obrigação de definir como crimes, entre outras, a conduta de transportar ou de tentar transportar escravos de um país a outro, de mutilar ou aplicar castigos, de escravizar alguém ou de incitar alguém a alienar a sua liberdade ou de quem esteja sob sua autoridade. A definição de tráfico de pessoas mais usada é a elaborada pela Convenção de Palermo:

A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados,

Nos relatórios apresentados pelos organismos internacionais o Brasil se encontra no topo da lista dos países “exportadores deste tipo de mercadoria”. Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicado em 2007, o Brasilé colocado como o principal fornecedor de mulheres traficadas para países como Portugal, Espanha, Itália, entre outros. O governo brasileiro tem, nos últimos anos, colocado a questão do trafico de seres humanos em sua agenda. Em 1950, foi promulgada a Convenção Interamericana sobre a Concessão de Direitos Políticos à Mulher, firmada em Bogotá em 2 de maio de 1948. Em 12 de dezembro de 1963, a Convenção para o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres, adotada pelas Nações Unidas, foi promulgada no país pelo Decreto n. 52.476.

Em termos globais, o século XX representou um momento de grande desenvolvimento das lutas pelos movimentos de mulheres no sentido da afirmação dos seus direitos de cidadania, o que implicava diretamente a conquista do reconhecimento da igualdade de condições em relação aos homens. Dentro desse contexto, a luta pelo direito ao voto, na primeira metade do século XX, e a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, na segunda metade, é uma espécie de síntese da movimentação levada a cabo pelas mulheres em prol da superação dos limites a elas impostos por uma sociedade fundada na centralidade do poder do homem – uma luta, em suma, pela ocupação do espaço público até então mantido sob o rígido controle dos homens.

Nos casos de violência internacional como ocorre no tráfico de pessoas, nos conflitos normativos entre o direito internacional e o direito interno prevalece a regra mais favorável ao sujeito de direito. A proteção da dignidade da pessoa humana é a finalidade última do sistema jurídico. As normas internacionais de direitos humanos, pelo fato de exprimirem a consciência ética universal, estão acima do ordenamento jurídico de cada Estado.

No caso brasileiro, a luta contra a sociedade patriarcal obteve uma primeira vitória importante quando do reconhecimento do direito ao voto das mulheres na Constituição Federal de 1934. Entretanto, iniciado o século XXI, a constatação é de que continuam a se fazer presentes na sociedade brasileira práticas típicas de um passado no

²Disponível em

<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/conteudo.jsp?page=32&conteudo=conteudo/c9259c9a04fa9454b16ce28b6a697b53.html> Acesso em 29/08/10.

qual às mulheres cabia apenas e tão somente o espaço doméstico. Assim, apesar das conquistas obtidas no ordenamento legal, a violência física e simbólica permanecendo praticada em relação às mulheres, tanto no campo como na cidade, independentemente da condição de classe. Um fato que não pode deixar de relevar a importância do combate à discriminação de gênero como um elemento fundamental da luta mesma pela democratização mais ampla da nossa sociedade.

Sob a coordenação da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), ambas da Presidência da República, foi elaborada e aprovada, em 2006, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Como desdobramento desta importante política pública, foi instituído em 2008 o Plano Nacional de Enfrentamento ao tráfico de seres humanos (PNETP), o que possibilitou a implantação de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETPs), bem como a instalação dos Postos Avançados. Atualmente existem dois: Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante e o Posto Avançado de Direitos ao Viajante, que trabalham na prevenção e atendimento às vítimas. O Ministério Público de Goiás abriga um destes Núcleos. O Ministério da Justiça, em parceria com o escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), colocou em prática, no ano de 2003, o Programa de Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos.

Em 13 de março de 2007, foi publicado a Portaria Conjunta nº 631 que designou os membros do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), encarregado de elaborar o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Os trabalhos foram coordenados pela Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para as Mulheres, ambas da Presidência da República.

Em 8 de janeiro de 2008, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu, pelo Decreto nº 6.347, o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (I PNETP), que tem o objetivo de prevenir e reprimir o tráfico de pessoas, bem como responsabilizar os seus autores e garantir atenção e suporte às vítimas. Concluído em janeiro de 2008, o Plano Nacional possibilitou a integração de diversos órgãos governamentais, sociedade civil e organismos internacionais que atuam no enfrentamento a esse crime.

Há, ainda, muito a ser realizado, por isso, por meio da Portaria nº 749, de 29 de

abril de 2010, foi criado o Grupo de Trabalho para coordenação do processo de elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que conta com representantes da Secretaria Nacional de Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Direitos Humanos.

Em 1996 foi redigida a primeira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH I). Em 2002 foi lançada a segunda versão PNDH II. Estes documentos trazem projetos de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres.

Na terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), elaborado em 2009, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República constam orientações para a defesa dos direitos das mulheres na “Diretriz 9 – Combate às desigualdades estruturais”. E mais explicitamente, o PNDH3 emite um conjunto de medidas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas na “Diretriz 13: Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos”.

As pesquisas realizadas sobre o tráfico de mulheres no Brasil desmistificam a pré-concepção que é feita sobre os gêneros e seus papéis no tráfico de pessoas, onde o homem é sempre colocado como agressor ou agenciador e a mulher é caracterizada na condição de vítima. Esse discurso cristaliza e simplifica histórias humanas reais, apresentando-as somente no momento em que um crime supostamente acontece, situando agentes complementares em papéis distintos de vitimizada e vitimizadora, seguindo uma lógica moralista e machista. Nas pesquisas revela-se que homens e mulheres não têm atuação específica nestas relações. Muitos homens emigram para ganhar a vida como “michês”, agenciados por outros homens e também por mulheres.

O tráfico de pessoas que ocorre nas migrações internacionais se constitui em uma forma de violação dos direitos humanos no mundo atual. Por isso a importância de discutir o enfrentamento ao tráfico de pessoas a partir de uma perspectiva de gênero e Direitos Humanos. As novas pesquisas sobre tráfico de pessoas se norteiam pela tentativa de discutir o enfrentamento ao Tráfico de Pessoas a partir de uma perspectiva de Direitos Humanos que considere as mulheres como sujeitos atuantes. Para alguns autores o tráfico de mulheres é resultado de um conjunto de fatores.

Os problemas estruturais globais que produzem o tráfico – globalização, patriarcado, racismo, conflitos e guerras étnicas, devastação ecológica e ambiental,

perseguição política e religiosa – são raramente tocados no paradigma hegemônico sobre o tráfico. São esses problemas estruturais que permanecem como fenômenos globais importantes para analisar, desconstruir e combater.

O atual discurso sobre o fenômeno tráfico de pessoas, que inclui o tráfico de mulheres, compreende o fenômeno relacionando-o especialmente com três distintas temáticas: o crime organizado transnacional, a prostituição e a migração internacional. A tônica, no primeiro caso, assenta-se na percepção do tráfico como prática criminosa e neste sentido, seu enfrentamento liga-se a instrumentos legais e jurídicos. A segunda perspectiva implica em uma visão moral e conservadora que não distingue o tráfico da prostituição. Neste sentido, desconsidera a diferença existente entre a prostituição como escravidão sexual e prostituição enquanto profissão sexual. Esta visão tem sido fortemente contestada pelos movimentos organizados que reivindicam a legalização do trabalho sexual.

A questão da definição do fenômeno tráfico internacional de mulheres está distante de uma posição consensual, há diferentes e conflitantes definições de tráfico de pessoas. Essas definições envolvem questões políticas, regulações nacionais e direitos humanos que suscitam dúvidas e questionamentos nos pesquisadores que analisam a problemática. É necessário mapear e situar os diferentes grupos de interesse envolvidos. Existem no mesmo universo o tráfico internacional de pessoas e a migração vinculada à indústria do sexo.

O tráfico de pessoas é considerado um problema crucial por governos e por entidades que defendem os direitos humanos, incluindo organizações feministas e grupos de apoio às pessoas que trabalham na indústria do sexo. Ainda são poucos os serviços capacitados para receber a vítima de tráfico ou a mulher migrante cujos direitos foram violados, serviços que contemplem, entre outras demandas, o atendimento psicológico e programas de reinserção social. Precisa-se de políticas públicas efetivas que garantam os direitos humanos desse público.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2001.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 2008.

KEMPADOO, Kamala. *Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 25, dez. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>>

MONDAINI, Marco. *Direitos humanos*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

PISCITELLI, Adriana. *Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 31, dezembro de 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br>>

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH/PR, 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>>. Acesso em: 29/08/10.

SECRETARIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Protocolo Adicional à Convenção de Palermo*. 2000. Disponível em

<<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/conteudo.jsp?page=32&conteudo=conteudo/c9259c9a04fa9454b16ce28b6a697b53.html>>. Acesso em: 29/08/10.

SILVA, Ana Paula da et al. *Prostitutas, "traficadas" e pânico morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o "tráfico de seres humanos"*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 25, dez. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>>

STEARNS, Peter N. *História das relações de gênero*. São Paulo: Contexto, 2007.

Vanessa Alexandre de Souza

Estudante de graduação do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais/Universidade Federal de Goiás. Integrante do Grupo de pesquisa em relações internacionais, no projeto "Violência e relações internacionais: Tráfico de mulheres – Brasil e os organismos internacionais", coordenado pela Profª Drª Telma Ferreira Nascimento. E-mail: vanessa.csociais@gmail.com.

Análise fílmica: uma assistência crítica¹

Leonardo Venicius Parreira Proto*

Como assistir um filme? Essa pergunta intitula o livro do sociólogo e filósofo Nildo Viana, professor do departamento de sociologia da Universidade Federal de Goiás. O título é *sui generis* ao abordar na nomenclatura da obra a expressão de um conteúdo a ser apropriado pelo/a leitor/a, além de já nessa apresentação introduzir um aspecto por muitos analistas ou críticos de cinema ainda não abordado: a assistência de um filme.

O livro está inserido no conjunto de outros textos e obras nas quais, Viana analisa o filme ou cinema na ótica do materialismo histórico dialético². A obra está organizada em três capítulos, sendo os dois primeiros capítulos trabalhados na dinâmica de conceituação sobre a assistência e sua compreensão da totalidade social por meio da assistência crítica, ou seja, da práxis. No terceiro capítulo, é desenvolvido o que denominou de demonstração da assistência crítica, no qual vai exercitar a partir de cinco filmes (de diferentes períodos e gêneros) a possibilidade de análise e demonstração da assistência crítica.

O autor recupera o sentido da análise fílmica ao atribuir o conteúdo da expressão assistência como instrumento de reflexão, oferecendo assim outra abordagem para aqueles/as que veem os filmes como um recurso de formação. Logo na introdução da obra, Viana distingue leitura de assistência no processo de interpretação da mensagem dos filmes. “O ato de ler é chamado de leitura, mas o ato de assistir filme não tem denominação equivalente de uso corrente” (VIANA, 2009, p. 07).

A assistência passa a ter um valor categórico nos procedimentos de decodificação que exige do/a assistente uma postura frente ao filme, negando que o conjunto de imagens, sons, narrativas validem por si mesmo, ou seja, vistos pelo/a

¹ VIANA, Nildo. *Como assistir um filme?* Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

* Bacharel e licenciado em História pela PUC-GO, especialista em adolescência e juventude no mundo contemporâneo pela Faculdade Jesuíta (FAJE-MG), mestrando em História pela UFG e bolsista da CAPES. Coordena o curso de História da UEG/UnU-Iporá.

² Refiro-me especificamente a duas obras recentes sobre a questão tratada: *A Concepção Materialista da História do Cinema* (publicada pela editora Asterisco de Porto Alegre em 2009) e *Cinema e Mensagem - O Significado Original e o Significado Atribuído ao Filme* (No prelo, 2009).

assistente de forma passiva e acrítica. Desenvolve, então, no primeiro capítulo algumas formas de assistência, desde as mais passivas até aquelas relacionadas aos universos psíquicos e as classes e grupos sociais, como elementos formativos dos indivíduos e formas de assistência que negam a conformação do assistente no ato de assistir um filme.

No segundo capítulo o autor defende a práxis como condição da assistência crítica. O núcleo central de sua tese está relacionado à ação do indivíduo frente à crítica do filme. De acordo com Viana, a assistência crítica só é possível ser realizada se compreendermos as relações sociais e o concreto real como elementos extra-fílmicos, que consideram o contexto sócio-histórico das relações impressas no âmbito da totalidade social.

Assim, a assistência crítica produz um entendimento do filme e de sua relação com as relações sociais concretas. Este entendimento se refere, portanto, ao universo ficcional do filme e sua relação com os elementos extrafílmicos existentes, as relações sociais concretas (VIANA, 2009, p. 53).

Um destaque na assistência crítica é quanto à avaliação do filme. Segundo o autor, a avaliação de um filme leva em consideração os valores sociais expressos no indivíduo e na sua assistência como ato de crítica. A avaliação a partir da assistência crítica tem como parâmetro a qualidade do filme, mediante a própria formação do assistente e as concepções com as quais irá julgar criticamente o filme assistido.

Uma terceira e última parte do livro, há um “exercício” realizado por parte do autor em demonstrar como é possível e de forma concreta fazer a assistência crítica. Ao exercitar a práxis como fundamento da assistência, Viana apresenta como mesmo se refere, “a exposição escrita da assistência crítica” (p. 86). Escolhe cinco filmes: O Gabinete do Doutor Caligari; No Tempo das Diligências; São Francisco de Assis; Rebelião no Século 21; High School Musical 3 – O Ano da Formatura; e apresenta a partir de alguns importantes elementos sua análise da assistência, considerando de forma geral as particularidades de tempo e questões formais.

Para terminar, esse livro de Nildo Viana é um convite para uma leitura metodológica de como realizar a práxis da assistência crítica de filmes, transpondo formalismos e grupos ou circuitos fechados dos “intérpretes” ou críticos de cinema, ou mesmo, aqueles/as considerados cinéfilos, que por tal condição social, entendem a análise fílmica como produto de especialistas e nem sequer consideram a existência da noção de assistência como uma variante do processo de produção e recepção de filmes.

Nisso sim, a leitura de *Como Assistir um Filme*, colabora, a de ser possível aos indivíduos, dentro de determinadas condições e com instrumentos heurísticos assistir um filme e poder fazer a crítica “impiedosa” do mesmo, além de desenvolver nos indivíduos uma capacidade auto-formativa que tem no filme um acervo de cultura que pode ser acessado, criticado e reavaliado tendo como eixo de orientação o universo ficcional das obras produzidas pela humanidade.

Leonardo Venicius Parreira Proto

Bacharel e licenciado em História pela PUC-GO, especialista em adolescência e juventude no mundo contemporâneo pela Faculdade Jesuíta (FAJE-MG), mestrando em História pela UFG e bolsista da CAPES. Coordena o curso de História da UEG/UnU-Iporá.

A Globalização e o Mundo Ideologizado

Nildo Viana

Já foram escritos diversos livros sobre globalização. Apesar disso, ainda paira uma grande dúvida sobre o que é globalização e quais são suas características. O livro de Alexandre Barbosa, “*O Mundo Globalizado. Política, Sociedade e Economia*¹” visa responder a estas questões e fornecer uma análise global do fenômeno. Porém, se o objetivo é interessante e revela uma necessidade de ampliar a consciência sobre tal fenômeno, o resultado deixa a desejar, como mostraremos a seguir.

O autor busca explicar o que é a globalização, e afirma que é uma realidade presente, tanto econômica quanto política e cultural, sendo o resultado do aceleração do intercâmbio de mercadorias, capitais, informações, ideias, de diversos países, diminuindo as fronteiras geográficas. Ela se caracteriza pela expansão dos fluxos de informações, em nível mundial; pela aceleração das transações econômicas, em nível internacional, e pela difusão mundial de valores políticos e morais universais. A internet permite acesso a notícias de todo o mundo em tempo real, as mercadorias se tornam internacionais, determinadas empresas produzem mercadorias em outras nações (Nokia, Nike, entre outras), o turismo internacional e migração aumentaram, além de fusões e aquisições de diversas empresas. A globalização atinge tudo, o mundo da cultura e dos esportes, os direitos humanos e os movimentos sociais.

Esse primeiro aspecto é bastante problemático. Na verdade, não ultrapassa o mundo da pseudoconcreticidade, da aparência, das mudanças superficiais. Se a globalização é isso, então ela é nada, pois desde o surgimento do capitalismo se amplia a velocidade das trocas comerciais, informacionais, entre outras e desde o final da Segunda Guerra Mundial já era em nível elevado, inclusive a produção de mercadorias em outros países data dessa época, que é marcado pela expansão do capital oligopolista transnacional. Nessa época, a expansão da televisão cumpriu papel análogo a expansão da internet hoje. A globalização atinge tudo, mas o que é definido como globalização é apenas consequência do capitalismo e em sua percepção superficial. Falta realmente mostrar o que de novo há no capitalismo e o que justificaria chamar isso de

¹ BARBOSA, Alexandre. *O Mundo Globalizado. Política, Sociedade e Economia*. São Paulo, Contexto, 2007.

globalização.

Em relação a outros ideólogos da globalização, o autor tem o mérito de reconhecer que ela “afeta” os países de forma diferente. Essa entidade metafísica, a “globalização”, é desigual. Ela é metafísica por ser algo que aparece como externo, afetando os países de forma diferenciada, esquecendo-se que ela é produto de alguns países. De qualquer forma, a divisão entre países globalizadores e países globalizados poderia ter sido discutida de forma mais profunda, pois apenas observações mais abstratas sobre vantagens e vulnerabilidade não são suficientes para isso. Mais estranha é a afirmação de que os EUA são globalizadores mas se deixam globalizar, com a entrada de multinacionais, o que reduz a discussão sobre globalização, além de transformar a ideologia em verbo. A discussão sobre excluídos da globalização apenas reproduz outra ideologia dominante da atualidade.

Um novo malabarismo ideológico é apresentado na discussão sobre os “antecedentes históricos” da globalização. O autor afirma que existem duas interpretações da globalização e seus antecedentes históricos, alguns afirmam que a globalização realiza uma ruptura histórica e outros diz que ela significa uma continuidade capitalista. O autor se posiciona dizendo que ambas não captam a complexidade da globalização, pois ela seria um processo revolucionário que se desenvolve de forma lenta e progressiva e que não chegou ainda até sua última etapa. Assim, o autor quer englobar as duas concepções acima delimitadas e para isso concebe um “processo revolucionário” que é “lento” e “progressivo”, rompendo com toda ideia de revolução e caindo em contradição. Além disso, confunde antecedente histórico da globalização com continuidade capitalista, pois são ideias opostas. A tese da continuidade capitalista vem justamente para criticar e refutar a ideologia da globalização. Afirmar que as descobertas marítimas, sistema colonial, expansão comercial, revolução industrial, são antecedentes da globalização significa esvaziá-la de qualquer significado.

A nova fase do capitalismo, marcada pela instauração de um novo regime de acumulação (portanto, uma mudança formal no capitalismo), é deixada de lado e em seu lugar acontecimentos e datas mostram apenas o desenvolvimento cronológico e sem nenhuma fundamentação. A queda do Muro de Berlim e a emergência do neoliberalismo que anda junto com a globalização (os vínculos indissolúveis do processo social e histórico são substituídos por elementos classificatórios e arbitrários,

reunidos apenas por ocorrência concomitante e não por sua gênese comum, procedimento metodológico totalmente equivocado).

O autor separa uma suposta “globalização econômica” dos demais aspectos e, nesta, ainda faz outras distinções, em quatro esferas, a comercial, a produtiva, a financeira e a tecnológica. Esses elementos estariam separados na ideologia do autor. O que o autor tenta explicar, por exemplo no caso das “multinacionais” (transnacionais) é o processo de concentração e centralização do capital, já teorizada por Marx no século 19, e a expansão que busca força de trabalho mais barata, o que não é novidade do período da chamada “globalização”. A suposta “globalização política” encontra obstáculos, pois um governo global e o fim do Estado-Nação não se realizou. Curiosa é a insistência do autor em afirmar que há um fortalecimento dos “valores democráticos”, pois se trata de uma época de maior repressão do que o período histórico anterior e alguns outros períodos passados. Sem dúvida, as ditaduras militares perderam espaço na América Latina, mas as razões desse processo são mais complexas e os supostos valores democráticos, são, no máximo, um fortalecimento do mercado, do individualismo e da mercantilização, muito mais do que novos valores que apontassem para uma maior “democracia”, mesmo que formal, representativa.

Ao discutir a emergência da sociedade global e a manutenção das sociedades nacionais, explica esse processo através de uma suposta resistência e busca em manter a identidade local. A questão da exploração internacional e da luta de classes não existe, apenas se reproduz o discurso da identidade e da manutenção do global e do local.

O autor, finalmente, coloca uma das primeiras características do capitalismo neoliberal, que é o aumento da pobreza e das desigualdades internacionais. Também cita os 150 milhões de pessoas desempregadas e 750 milhões no trabalho informal, 30% da população mundial. E remete para outras consequências desse processo: crime global, turismo sexual, tráfico de mulheres, trabalho forçado e trabalho infantil.

Quando vai tratar da resistência, cita parte do problema: ONGs e sindicatos, que são produtos (inclusive sendo, na maioria dos casos, financiados pelo Estado e grandes empresas transnacionais). Ou seja, o autor trabalha apenas com o mundo da pseudoconcreticidade, não sai da superfície dos problemas.

Em síntese, o livro de Alexandre Barbosa não contribui com a compreensão da globalização. A ideologia da globalização nem sequer aparece como objeto de análise,

pois ela é tida como verdadeira e se manifesta como posição do autor do livro o tempo todo. A nova fase do capitalismo, marcado pela emergência do regime de acumulação integral, e suas consequências, também não aparecem. O que aparece é, por um lado, o uso constante de uma palavra, globalização, que é mal definida e que serve para explicar tudo, sendo confundida com internacionalização, algo que existe desde o surgimento do capitalismo e, por outro, uma proliferação de informações díspares e cuja explicação não acontece. As diversas informações existentes sobre a realidade recente são apresentadas e sempre acompanhadas da palavra globalização, mas a razão de ser e a gênese de tais processos nunca aparecem. Na falta da explicação, aparece a palavra globalização. Essa palavra mágica é o começo e o fim do livro e é a fonte de toda a mistificação do livro. Retirando essa palavra, teríamos um discurso descritivo de aspectos das mudanças sociais e históricas e nada mais. O livro mostra, portanto, o “espírito da época”, na qual reina uma ideologia, a ideologia da globalização, já denunciada sob formas diferentes (Bauman, Bourdieu, Vergopoulos, Hirst, etc.) e que semantém forte, pois as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, como já dizia Marx.

Nildo Viana

Professor da Faculdade de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Goiás; Doutor em
Sociologia pela UnB - Universidade de Brasília.